

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MIRANDA DO DOURO

ACTA N.º 3 / 2004

REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 04/06/2004:

Por convocatória do 2º Secretário datada de 21.05.2004, reuniu, pelas 09.50 horas, no Auditório Municipal, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informações;**
2. **Período antes da Ordem do Dia;**
3. **Aprovação da acta do dia 30 de Abril de 2004;**
4. **Aprovação da Proposta de Estatutos da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes;**
5. **Pedido de autorização para alienação dos imóveis, propriedade do Município de Miranda do Douro, anteriormente propriedade ;**
6. **Ficha Técnica da Habitação. Valor de Taxa a fixar;**
7. **Projecto de Regulamento Municipal de Inspeção de ascensores, Monta Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes;**
8. **Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;**

Não estando presente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi a presidência assegurada pelo 1º Secretário; e o deputado Albino Afonso, para completar a constituição da Mesa.

1. INFORMAÇÕES; -----

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar a introdução de dois pontos na Ordem de Trabalhos: - **Ficha Técnica da Habitação. Valor de Taxa a afixar**, e - **Projecto de Regulamento Municipal de Inspeção de Ascensores, Monta Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes**; como ninguém se manifestou contra, foi aceite a inserção dos pontos em causa tendo sido ordenados com os nºs 6 e 7, respectivamente;

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Inscreveram-se para falar neste ponto, os seguintes membros:-----

José Raimundo Preto – Referiu-se á correspondência que tem estado a ser enviada pelos Serviços de Finanças, relacionada com a legalização dos prédios urbanos, passando a ler uma carta de protesto que enviou ao Ministério das Finanças. Solicitou á Assembleia Municipal que tomasse uma posição idêntica.-----

O Presidente da Mesa concordou com o que foi dito, tendo sugerido que se elaborasse uma moção para ser colocada a votação e enviada aos órgãos competentes, o que foi aprovado por unanimidade.-----

Abílio Barril – Interveio para esclarecer a situação resultante da recente alteração dos trâmites a seguir com as chamadas para o INEM, e do comunicado enviado á população sobre o assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou também um esclarecimento sobre o assunto, tendo sido deliberado elaborar uma moção a aprovar nesta Assembleia e enviada aos órgãos competentes.-----

Nascimento Afonso – Fez uma intervenção política, sobre a evolução da Europa, desde o principio do século XX, até aos dias de hoje, dizendo que foi com o Partido Socialista que Portugal entrou na União Europeia e na Moeda Única; falou na importância que isso dá aos portugueses, serem europeus a sério, na Europa e no País.-----

Fez um apelo aos mirandeses para a sua participação nas próximas eleições de 13 de Junho, para o Parlamento Europeu.-----

Amável Falcão – Pôs a questão da recuperação e legalização de prédios urbanos, antigos. Propondo que a Assembleia Municipal deveria ser solidária com a Câmara e que esta deveria facilitar certos requisitos, para, em conjunto, tomarem uma posição no sentido de se ultrapassar o problema. Prestou também informações sobre as cartas recebidas das Finanças.-----

Alberto Raposo – Referiu-se às questões já levantadas, em intervenções anteriores, congratulando-se com a posição da Assembleia Municipal quanto às Moções apresentadas. Seguidamente questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre alguns assuntos, nomeadamente: - Algumas obras na freguesia da Póvoa; taxas a praticar pelo Matadouro de Miranda do Douro; publicação dos nomes dos devedores e finalmente, questionou a mesa da Assembleia, sobre as faltas dos Membros da Assembleia, referindo que, provavelmente alguns já terão perdido os respectivos mandatos, por faltas.-----

Belmiro Gonçalves – Congratulou-se com os assuntos importantes colocados pelos membros da Assembleia. Mostrou o seu reconhecimento à Câmara pela intervenção que está a ser feita no Centro Histórico de Miranda do Douro e na importância que isso tem para o Turismo.-----

Manuel Curralo – Chamou a atenção para algumas obras a realizar na sua freguesia – Vila Chã, nomeadamente: - Caminho das Pereiras; Estrada Vila Chã/Fonte Aldeia e Saneamento de Freixiosa.-----

Amável Falcão – Voltou a intervir, para esclarecer alguns pormenores relacionados com a intervenção do deputado Alberto Raposo.-----

De seguida usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, para responder a cada uma das questões que lhe foram colocadas, durante as intervenções anteriores.-----

3. APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2004; -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes elementos: -----

Humberto Meirinhos – Em relação ao Ponto 1, disse ainda, que ^{em} todas as obras a construir dentro das muralhas e na zona envolvente, devem ser respeitadas todas as normas em vigor, atitude a tomar pela Câmara face ao IPPAR.-----

Nascimento Afonso – No Ponto 5, não propus – fiz uma reflexão sobre a política de gestão da água. -----

Orlando Vaqueiro – Em relação ao ponto 2, não fui eu que disse que “em relação à construção do Cais Fluvial, poderia estar a acontecer uma situação semelhante.-----

Posta a votação, com estas alterações, a acta do dia 30 de Abril de 2004, foi aprovada por unanimidade.-----

4. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS DA COMUNIDADE URBANA DE TRÁS-OS-MONTES; -----

A descentralização de competências é um dos compromissos assumidos, no seu programa, pelo XV Governo Constitucional, que se propôs lançar um pacote de reformas com vista a aproximar os centros de decisão do cidadão. -----

Considerando que, a aprovação do pacote legislativo da descentralização – Lei nº10/2003, de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das Comunidades Urbanas de direito público e o funcionamento dos seus órgãos –

Handwritten signatures and initials in blue ink.

promove a criação de uma nova realidade jurídico - administrativa que constitui um desafio para os municípios portugueses;-----

Entre os seus objectivos principais destaca-se a aposta na solidariedade entre municípios contíguos e nas garantias de governabilidade e funcionalidade dos sistemas urbanos, através de mecanismos de articulação e de serviços, investimentos, programas, projectos e intervenções, aproximando as administrações central e local;-----

Os Municípios de **Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais**, atentos a esta nova realidade institucional que se perspectiva, tem debatido esta problemática e participado em diversos encontros com a finalidade de considerar qual é a melhor solução para o seu espaço geográfico, tendo os representantes dos Municípios assumido o compromisso de que a proposta a apresentar aos órgãos competentes seria aquela que mantivesse a unidade deste espaço;-----

Tem este processo, sido debatido com o órgão governamental competente, nomeadamente através de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local.-----

Propõe esta Câmara Municipal: - “A adesão deste Município à **Comunidade Urbana de Trás-os-Montes**, a constituir nos termos da Lei 10/2003, de 13 de Maio, que será composta pelos Municípios de **Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais**, contemplando uma área territorial de 8710,33 Km2, sendo a população residente de 236016.-----

“A aprovação do projecto de Estatutos da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, nos termos do documento que se anexa à presente proposta, e que se dá aqui por integralmente reproduzido, para efeitos da formalização notarial da sua constituição de acordo com o preceituado no artigo 4.º, n.º 4, da Lei nº10/2003, de 13 de Maio”.-----

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto, nomeadamente:-----

José Augusto Ramos: Colocou algumas questões sobre as vantagens da adesão na Comunidade Urbana de Trás-os-Montes.-----

Domingos Torrão: Concorda com a adesão na Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, pois pensa que cada Concelho terá mais poder reivindicativo.-----

Humberto Meirinhos: Disse que a Câmara não tinha outra alternativa; comparou as comunidades urbanas com a regionalização anteriormente proposta pelo P.S.. Referiu-se à divisão dos transmontanos e que Trás-os-Montes fica mais pequeno. Apela aos Autarcas para que trabalhem, pois se não funcionar terá que se repensar novamente no assunto. -----

Nascimento Afonso: Lendo a sua intervenção, falou na regionalização e áreas metropolitanas. Disse que as comunidades urbanas são as “falsas regiões”.-----

Belmiro Gonçalves: Discorda que as comunidades tenham a ver com a regionalização. Disse também não concordar com a divisão de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas que também não tínhamos outra alternativa, ficávamos de fora ou se aceitava esta divisão.-----

Posto a votação, foi aprovado por maioria com três abstenções, aderir à Comunidade Urbana de Trás-os-Montes bem como aprovar o projecto de Estatutos, e, aprovado em minuta.---

5. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO, ANTERIORMENTE PROPRIEDADE DO IGAPHE;-----

O Senhor **Presidente da Câmara** apresentou o documento e, solicitou autorização à Assembleia Municipal, para poder alienar os imóveis.-----

Orlando Vaqueiro – Perguntou se se mantinha a proibição de aquisição, por parte de quem já tem habitação própria.-----

Humberto Meirinhos – Perguntou qual o valor? Quanto se prevê receber no total? Quem tenha outra casa, não pode comprar porquê? -----

Orlando Vaqueiro – Voltou a intervir dizendo que deveria ser feita uma averiguação muito rigorosa.-----

José Martins – Perguntou, se as referidas casas são para fins sociais, não podem ser vendidas ou alugadas. Foi-lhe dito que não.-----

Nascimento Afonso – Perguntou, quantos fogos vão ser vendidos?-----
Posto a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com uma abstenção.-----

6. FICHA TÉCNICA DA HABITAÇÃO. VALOR DE TAXA A FIXAR;-----

O Presidente da Câmara fez o esclarecimento prévio do assunto; tendo-se inscrito para falar sobre este ponto, o deputado:-----

Fernando Palhau – Perguntou qual o fundamento para pagar esta taxa, de 15,00 €.-----

Após mais alguns pedidos de esclarecimento, foi posto o assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com onze abstenções.-----

7. PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSPECÇÃO DE ASCENSORES, MONTA CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES;-----

Não tendo havido quaisquer intervenções neste ponto, foi o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção do deputado Nascimento Afonso, por não ter tido tempo para ler o documento.-----

O Presidente da Mesa, a pedido da Câmara Municipal, solicitou á Assembleia Municipal que os pontos 5, 6 e 7 fossem aprovados em minuta, o que foi aceite por unanimidade.-----

De seguida foi dado um intervalo de 15 minutos, para redigir as Moções referidas no ponto 2 desta acta.-----

Decorrido esse intervalo, foram lidas as moções em causa e postas a votação, em separado, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade.-----

8. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA;-----

Humberto Meirinhos – Perguntou se havia alteração da situação, em relação ás obras do Centro de Saúde.-----

Amável Falcão – Questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre alguns problemas relacionados com a freguesia da Póvoa; fez também algumas observações em relação a Miranda, tendo perguntado ainda porquê pagar uma taxa de 30,00 €, pelo corte de carrascos.-----

Domingos Torrão – Referiu-se ás obras em Miranda do Douro; disse também que os deputados parece estarem muito acomodados, referindo-se só ás suas freguesias, não demonstrando grande interesse pelos problemas do concelho, e propondo uma deslocação, de todos, pelo concelho para uma análise geral, da situação.-----

Abílio Barril – Disse que o Centro Histórico estava a ficar “menos bom”, dando os exemplos: falta de estacionamento, WC’s públicos fechados, diferenças acentuadas no tipo de calçada entre as várias ruas.-----

Propôs ainda a deslocação do local habitual, da Fogueira do Galo, em frente á Sé, para a parte de terra batida, ao lado da Sé. -----

Finalmente, o Sr. Presidente da Câmara respondeu ás questões que lhe foram colocadas neste ponto.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Mesa** deu por terminada a sessão
eram treze horas.-----

O Presidente:



Os Secretários:





A Secretária da sessão:

